

# **A**GRUPAMENTO DE **E**SCOLAS DE **A**LCOCHETE

**2016**

## **REGULAMENTO INTERNO**



## ÍNDICE

|   |               |
|---|---------------|
| <b>PREÂMBULO .....</b>  | <b>11</b>     |
| <b>CAPÍTULO I — DISPOSIÇÕES GERAIS.....</b>                                       | <b>12</b>     |
| Artigo 1.º — Definição e Âmbito de Aplicação .....                                | 12            |
| Artigo 2.º — Constituição do Agrupamento de Escolas de Alcochete .....            | 12            |
| Artigo 3.º — Revisão e Divulgação do Regulamento Interno (RI) .....               | 12            |
| Artigo 4.º — Regimentos Internos .....  | 12            |
| Artigo 5.º — Regulamentos Específicos .....                                       | 13            |
| Artigo 6.º — Reuniões .....   | 13            |
| <br><b>CAPÍTULO II — ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DO AGRUPAMENTO.....</b>     | <br><b>14</b> |
| Artigo 7.º — Princípios Orientadores da Gestão .....                              | 14            |
| Artigo 8.º — Órgãos de Administração e Gestão do Agrupamento .....                | 14            |
| Secção I — Conselho Geral .....   | 15            |
| Artigo 9.º — Definição.....   | 15            |
| Artigo 10.º — Composição .....  | 15            |
| Artigo 11.º — Competências .....  | 15            |
| Artigo 12.º — Regime de Funcionamento .....                                       | 16            |
| Artigo 13.º — Designação de Representantes .....                                  | 16            |
| Artigo 14.º — Eleição de Representantes .....                                     | 16            |
| Artigo 15.º — Representantes dos Docentes .....                                   | 17            |
| Artigo 16.º — Representantes do Pessoal Não Docente .....                         | 18            |
| Artigo 17.º — Representantes dos Alunos.....                                      | 18            |
| Artigo 18.º — Mandato .....   | 18            |
| Artigo 19.º — Acumulação de Cargos dos Membros Docentes .....                     | 19            |
| Artigo 20.º — Reuniões do Conselho Geral .....                                    | 19            |
| Secção II — Diretor.....  | 19            |
| Artigo 21.º — Definição .....   | 19            |
| Artigo 22.º — Subdiretor e Adjuntos do Diretor .....                              | 19            |
| Artigo 23.º — Competências .....  | 19            |
| Artigo 24.º — Recrutamento .....  | 19            |
| Artigo 25.º — Procedimento concursal .....  | 20            |
| Artigo 26.º — Eleição .....   | 20            |
| Artigo 27.º — Posse .....   | 20            |
| Artigo 28.º — Mandato .....   | 20            |
| Artigo 29.º — Regime de Exercício de Funções, Direitos e Deveres do Diretor ..... | 20            |
| Artigo 30.º — Assessorias da Direção .....  | 20            |
| Secção III — Conselho Pedagógico.....   | 20            |
| Artigo 31.º — Definição .....   | 20            |
| Artigo 32.º — Composição .....  | 21            |
| Artigo 33.º — Convites à participação.....  | 21            |
| Artigo 34.º — Competências .....  | 21            |
| Artigo 35.º — Regime de Funcionamento .....                                       | 21            |
| Artigo 36.º — Eleição e Designação de Representantes .....                        | 22            |

|  |           |
|--|-----------|
| Secção IV – Conselho Administrativo .....  | 22        |
| Artigo 37.º – Definição .....  | 22        |
| Artigo 38.º – Composição .....   | 22        |
| Artigo 39.º – Competências .....   | 22        |
| Secção V – Coordenações de Escola e de Estabelecimentos de Educação .....  | 23        |
| Artigo 40.º – Coordenação de Escola e de Estabelecimento de Educação Pré-Escolar .....   | 23        |
| Artigo 41.º – Coordenações de Escola do AEA.....   | 23        |
| Artigo 42.º – Competências do Coordenador de Escola ou de Estabelecimento de Educação Pré-Escolar ...                          | 23        |
| <br><b>CAPÍTULO III — ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA.....</b>  | <b>24</b> |
| Secção I – Estruturas de Coordenação Educativa e Supervisão Pedagógica .....   | 24        |
| Artigo 43.º – Finalidades Gerais .....   | 24        |
| Artigo 44.º – Plano Anual de Atividades.....   | 24        |
| Artigo 45.º – Relatório Anual de Atividades .....  | 25        |
| Subsecção I – Departamentos Curriculares e Grupos Disciplinares.....   | 25        |
| Artigo 46.º – Composição dos Departamentos Curriculares.....   | 25        |
| Artigo 47.º – Competências dos Departamentos Curriculares .....  | 26        |
| Artigo 48.º – Reuniões / Funcionamento dos Departamentos Curriculares .....  | 26        |
| Artigo 49.º – Coordenador de Departamento Nomeação, Representação e Mandato .....  | 27        |
| Artigo 50.º – Competências do Coordenador de Departamento .....  | 28        |
| Artigo 51.º – Reuniões / Funcionamento dos Grupos Disciplinares e Conselhos de Ano .....                                       | 28        |
| Artigo 52.º – Composição do Grupo Disciplinar/ Área Disciplinar .....  | 28        |
| Artigo 53.º – Competências do Grupo Disciplinar/ Conselho de ano.....  | 28        |
| Artigo 54.º – Reuniões / Funcionamento dos Grupos Disciplinares dos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário..... | 29        |
| Artigo 55.º – Coordenador de Grupo ou Coordenador de Ano – Mandato e Competências .....  | 29        |
| Subsecção II – Conselho de Turma, Diretor de Turma e Conselho dos Diretores de Turma.....                                      | 30        |
| Artigo 56.º – Composição .....   | 30        |
| Artigo 57.º – Competências do Conselho de Turma .....  | 30        |
| Artigo 58.º – Funcionamento do Conselho de Turma .....   | 31        |
| Artigo 59.º – Conselhos de Turma dos Cursos Profissionais.....   | 31        |
| Artigo 60.º – Diretor de Turma – Nomeação e Mandato .....  | 32        |
| Artigo 61.º – Direções de Cursos com Funções de Direção de Turma .....   | 32        |
| Artigo 62.º – Cursos de Educação e Formação de Adultos .....   | 32        |
| Artigo 63.º – Competências do Diretor de Turma .....   | 32        |
| Artigo 64.º – Composição dos Conselhos de Diretores de Turma .....   | 33        |
| Artigo 65.º – Competências dos Conselhos de Diretores de Turma.....  | 33        |
| Artigo 66.º – Coordenador dos Diretores de Turma .....   | 33        |
| Subsecção III – Cursos Orientados para o Mundo do Trabalho.....  | 34        |
| Artigo 67.º – Composição do Conselho dos Cursos Orientados para o Mundo do Trabalho .....                                      | 34        |
| Artigo 68.º – Competências do Conselho de Cursos Orientados para o Mundo do Trabalho .....                                     | 34        |
| Artigo 69.º – Mandato e Competências dos Diretores e Coordenadores dos COMT .....  | 34        |
| Artigo 70.º – Mandato e Competências dos Coordenadores dos CEF e dos Cursos Vocacionais .....                                  | 35        |
| Artigo 71.º – Coordenadores dos Cursos de Educação e Formação (CEF) e dos Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) ..... | 35        |

|  |    |
|--|----|
| Artigo 72.º – Definição, Mandato e Competências do Mediador de Curso de Educação e Formação de Adultos (EFA) ..... | 36 |
| Subsecção IV – Cursos do Ensino Secundário Recorrente.....   | 36 |
| Artigo 73.º – Funcionamento .....  | 36 |
| Subsecção V – Plano Tecnológico de Educação .....  | 36 |
| Artigo 74.º – Coordenação do PTE .....   | 36 |
| Subsecção VI – Conselho de Docentes de Estabelecimento.....  | 37 |
| Artigo 75.º – Definição .....  | 37 |
| Artigo 76.º – Composição .....   | 37 |
| Artigo 77.º – Competências .....   | 37 |
| Artigo 78.º – Coordenação e Funcionamento.....   | 37 |
| Artigo 79.º – Competências dos Coordenadores e Representantes.....   | 38 |
| Secção II – Serviços Técnico-Pedagógicos.....  | 38 |
| Artigo 80.º – Definição e composição.....  | 38 |
| Subsecção I – Serviço de Ação Social Escolar .....   | 39 |
| Artigo 81.º – Objeto e competências .....  | 39 |
| Subsecção II – Serviço de Educação Especial e Apoio Educativo (SEEAE) .....  | 39 |
| Artigo 82.º – Definição e Objeto.....  | 39 |
| Artigo 83.º – Composição .....   | 40 |
| Artigo 84.º – Articulação com as Estruturas Educativas da Escola .....   | 40 |
| Artigo 85.º – Competências .....   | 40 |
| Artigo 86.º – Coordenação e Funcionamento.....   | 42 |
| Subsecção II – Serviço de Psicologia e Orientação .....  | 42 |
| Artigo 87.º – Objeto .....   | 42 |
| Artigo 88.º – Natureza do SPO do Agrupamento de Escolas de Alcochete .....   | 42 |
| Artigo 89.º – Atribuições .....  | 42 |
| Artigo 90.º – Competências.....  | 43 |
| Artigo 91.º – Colaboração com outros serviços .....  | 44 |
| Subsecção III – Espaço “Com...vivências” (Espaço Disciplinar) .....  | 45 |
| Artigo 92.º – Enquadramento e composição.....  | 45 |
| Artigo 93.º – Princípios Orientadores .....  | 45 |
| Artigo 94.º – Objetivos .....  | 46 |
| Artigo 95.º – Funcionamento .....  | 46 |
| Subsecção IV – Bibliotecas Escolares: Regulamento Interno .....  | 47 |
| Artigo 96.º – Definição .....  | 47 |
| Artigo 97.º – Missão .....   | 48 |
| Artigo 98.º – Visão .....  | 48 |
| Artigo 99.º – Política Documental .....  | 48 |
| Artigo 100.º – Organização e Gestão .....  | 49 |
| Artigo 101.º – Designação do Professor Bibliotecário .....   | 49 |
| Artigo 102.º – Competências dos Professores Bibliotecários .....   | 49 |
| Artigo 103.º – Equipa das BE .....   | 50 |
| Artigo 104.º – Competências da Equipa das BE .....   | 51 |

|  |           |
|--|-----------|
| Artigo 105.º – Regulamentos .....  | 51        |
| Secção III – Atividades e Projetos de Desenvolvimento Educativo .....                  | 52        |
| Artigo 106.º – Âmbito e Organização .....  | 52        |
| Artigo 107.º – Coordenação dos Projetos de Desenvolvimento Educativo .....             | 52        |
| Subsecção I – Projeto Desporto Escolar .....   | 52        |
| Artigo 108.º – Definição .....   | 52        |
| Artigo 109.º – Princípios e Objetivos .....  | 53        |
| Artigo 110.º – Organização, Funcionamento e Coordenação .....                          | 53        |
| Subsecção II – Projeto Educação para a Saúde e Educação Sexual .....                   | 54        |
| Artigo 111.º – Génese do Projeto .....   | 54        |
| Artigo 112.º – Objetivos Gerais .....  | 54        |
| Artigo 113.º – Coordenação do Projeto .....  | 55        |
| Artigo 114.º – Outros Intervenientes .....   | 55        |
| Artigo 115.º – Atividades .....  | 55        |
| Subsecção III – Projeto “SABER +” .....  | 55        |
| Artigo 116.º – Definição .....   | 55        |
| Artigo 117.º – Objetivos Específicos .....   | 56        |
| Artigo 118.º – Coordenação .....   | 56        |
| Artigo 119.º – Intervenientes e Funções .....  | 56        |
| Subsecção IV – Projeto Alcochete+Desporto .....  | 57        |
| Artigo 120.º – Definição .....   | 57        |
| Artigo 121.º – Desenvolvimento do Projeto .....  | 57        |
| Subsecção V – Outros Projetos .....  | 57        |
| Secção IV – Observatório de Avaliação do AEA .....                                     | 58        |
| Artigo 122.º – Definição .....   | 58        |
| Artigo 123.º – Composição .....  | 58        |
| Artigo 124.º – Coordenação .....   | 58        |
| Artigo 125.º – Competências .....  | 58        |
| <b>CAPÍTULO IV — FUNCIONAMENTO GERAL DAS ESCOLAS DO AEA .....</b>                      | <b>59</b> |
| Secção I – Rede Escolar/Oferta Educativa .....   | 59        |
| Artigo 126.º – Competências na Definição da Rede Escolar/Oferta Educativa do AEA ..... | 59        |
| Artigo 127.º – Criação de Cursos Orientados para o Mundo do Trabalho .....             | 60        |
| Secção II – Organização das Atividades Letivas e Não Letivas .....                     | 60        |
| Artigo 128.º – Calendário Escolar .....  | 60        |
| Artigo 129.º – Horário de Funcionamento .....  | 60        |
| Artigo 130.º – Horário Letivo .....  | 61        |
| Artigo 131.º – Apoios Pedagógicos e Tutorias .....                                     | 61        |
| Artigo 132.º – Horários dos Professores .....  | 61        |
| Artigo 133.º – Divulgação de Informação .....  | 61        |
| Artigo 134.º – Registo de Atividades .....   | 62        |
| Secção III – Permutas e Trocas de Horários .....                                       | 62        |

|  |           |
|--|-----------|
| Artigo 135.º – Modalidades e Condições de Permutas .....   | 62        |
| e Trocas de Horário .....  | 62        |
| Secção IV – Visitas de Estudo .....  | 62        |
| Artigo 136.º – Definição .....   | 62        |
| Artigo 137.º – Procedimentos Pedagógicos e Administrativos das Visitas de Estudo .....   | 63        |
| Artigo 138.º – Atividades de Intercâmbio .....   | 63        |
| Artigo 139.º – Programa Erasmus+ .....   | 63        |
| Secção V – Desporto Escolar .....  | 64        |
| Artigo 140.º – Definição .....   | 64        |
| Artigo 141.º – Organização, Funcionamento e Coordenação .....  | 64        |
| Secção VIII – Critérios de Avaliação - Ensino Básico e Secundário.....   | 64        |
| Artigo 142.º – Critérios Gerais de de Avaliação do AEA .....   | 64        |
| Artigo 143.º – Critérios Específicos de Avaliação do AEA .....   | 65        |
| Secção IX – Protocolos e Parcerias .....   | 65        |
| Artigo 144.º – Estabelecimento de Protocolos e Parcerias .....   | 65        |
| Secção X – Formação .....  | 65        |
| Artigo 145.º – Plano de Formação.....  | 65        |
| <b>CAPÍTULO V — PATRIMÓNIO, INSTALAÇÕES E SERVIÇOS.....</b>  | <b>66</b> |
| Secção I – Disposições Gerais .....  | 66        |
| Artigo 146.º – Instalações Escolares – Disposições Gerais.....   | 66        |
| Artigo 147.º – GIAE.....   | 66        |
| Artigo 148.º – Circulação nos Recintos Escolares.....  | 66        |
| Artigo 149.º – Gestão de Equipamentos e Materiais .....  | 67        |
| Artigo 150.º – Diretores de Instalações.....   | 67        |
| Artigo 151.º – Gestão dos Espaços Escolares .....  | 68        |
| Secção II – Funcionamento das Instalações Escolares e Estruturas de Apoio .....  | 68        |
| Artigo 152.º – Portarias da Escola Secundária de Alcochete e da Escola E.B. 2,3 El-Rei D. Manuel I .....                                 | 68        |
| Artigo 153.º – Acesso às Escolas do 1.º Ciclo e Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar.....  | 69        |
| Artigo 154.º – Serviços de Administração Escolar (SAE) .....   | 69        |
| Artigo 155.º – Serviços de Telefone e Receção .....  | 70        |
| Artigo 156.º – Reprografia e Papelaria .....   | 70        |
| Artigo 157.º – Bufetes .....   | 70        |
| Artigo 158.º – Refeitórios .....   | 71        |
| Artigo 159.º – Instalações Sanitárias.....   | 71        |
| Artigo 160.º – Cacifos.....  | 71        |
| Artigo 161.º – Gabinete do Coordenador dos Assistentes Operacionais .....  | 72        |
| Artigo 162.º – Sistema de Som da Escola Secundária .....   | 72        |
| Artigo 163.º – Salas do Pessoal Assistente Operacional na Escola Secundária de Alcochete e na Escola E. B. 2, 3 El-Rei D. Manuel I ..... | 72        |
| Artigo 164.º – Salas dos Professores .....   | 72        |
| Artigo 165.º – Salas dos Diretores de Turma .....  | 72        |
| Artigo 166.º – Gabinete do Conselho Geral.....   | 72        |
| Artigo 167.º – Gabinete do Diretor.....  | 72        |

|  |           |
|--|-----------|
| Artigo 168.º – Gabinetes de Coordenação de Escola.....   | 73        |
| Artigo 169.º – Gabinetes do Grupo de Educação Física .....   | 73        |
| Artigo 170.º – Salas de Aula e de Atividades, Áreas de Circulação e de Lazer .....                         | 73        |
| Artigo 171.º – Laboratórios de Física e Química/Ciências Naturais .....                                    | 73        |
| Artigo 172.º – Outros Laboratórios .....   | 74        |
| Artigo 173.º – Salas de Informática (Salas TIC) .....  | 74        |
| Artigo 174.º – Bibliotecas Escolares e Auditório da ESA.....   | 74        |
| Artigo 175.º – Salas das Associações de Pais e Encarregados de Educação .....                              | 75        |
| Artigo 176.º – Sala de Música .....  | 75        |
| Artigo 177.º – Espaços Desportivos.....  | 75        |
| Artigo 178.º – Acesso às Instalações Desportivas .....   | 76        |
| Artigo 179.º – Instalações e Material Desportivo .....   | 76        |
| Artigo 180.º – Acesso e Postura nos Balneários .....   | 76        |
| Artigo 181.º – Cedência de Instalações à Comunidade Escolar e Local: Princípios Gerais e Prioridades ..... | 77        |
| Artigo 182.º – Emolumentos.....  | 78        |
| Secção III – Segurança .....   | 78        |
| Artigo 183.º – Normas Gerais de Segurança do Agrupamento .....   | 78        |
| Artigo 184.º – Indicações de Segurança .....   | 79        |
| <b>CAPÍTULO VI — COMUNIDADE EDUCATIVA .....</b>  | <b>80</b> |
| Artigo 185.º – Direitos e Deveres da Comunidade Educativa.....   | 80        |
| Secção I – Alunos .....  | 81        |
| Artigo 186.º – Matrícula .....   | 81        |
| Subsecção I – Direitos e Deveres .....   | 82        |
| Artigo 187.º – Direitos.....   | 82        |
| Artigo 188.º – Deveres .....   | 83        |
| Artigo 189.º – Responsabilidade .....  | 85        |
| Artigo 190.º – Delegado e Subdelegado de Turma .....   | 85        |
| Artigo 191.º – Assembleia de Delegados de Turma.....   | 85        |
| Artigo 192.º – Associação de Estudantes .....  | 86        |
| Artigo 193.º – Representação no Conselho Geral.....  | 86        |
| Subsecção II – Quadros de Valor e Excelência .....   | 86        |
| Artigo 194.º – Princípios Gerais.....  | 86        |
| Artigo 195.º – Considerações Gerais .....  | 87        |
| Artigo 196.º – Quadros de Valor .....  | 87        |
| Artigo 197.º – Quadros de Mérito.....  | 88        |
| Artigo 198.º – Quadros de Excelência .....   | 88        |
| Artigo 199.º – Menções Honrosas .....  | 89        |
| Artigo 200.º Diplomas Finais dos Cursos EFA.....   | 89        |
| Artigo 201.º – Melhores Alunos .....   | 89        |
| Artigo 202.º – Registo, Anúncio e Entrega de Certificados .....  | 89        |
| Artigo 203.º – Outras Disposições .....  | 90        |
| Subsecção III – Regime de Faltas .....   | 90        |
| Artigo 204.º – Frequência e Assiduidade .....  | 90        |
| Artigo 205.º – Conceito de Falta .....   | 90        |

|  |     |
|--|-----|
| Artigo 206.º – Faltas Justificadas.....  | 90  |
| Artigo 207.º – Faltas Injustificadas e Outras Situações.....   | 91  |
| Subsecção IV – Regulamentação das Atividades de Recuperação das Aprendizagens (ARA).....   | 92  |
| Artigo 208.º – Condições para a Realização das ARA .....   | 92  |
| Artigo 209.º – Incumprimento ou Ineficácia das Medidas de Recuperação e Integração .....   | 93  |
| Em situação de incumprimento ou ineficácia das medidas de recuperação e integração, deve seguir-se o estipulado no Artigo 21.º, do Capítulo III, da Lei 51/2012, de 5 de setembro..... |     |
| Subsecção V – Regime Disciplinar .....   | 93  |
| Artigo 210.º – Finalidades das Medidas disciplinares .....   | 93  |
| Artigo 211.º – Determinação da Medida Disciplinar .....  | 93  |
| Artigo 212.º – Qualificação de infração disciplinar .....  | 94  |
| Artigo 213.º – Participação de Ocorrência de Infrações Disciplinares .....   | 94  |
| Artigo 214.º – Medidas Disciplinares Corretivas.....   | 95  |
| Artigo 215.º – Advertência .....   | 95  |
| Artigo 216.º – Ordem de Saída da Sala de Aula.....   | 95  |
| Artigo 217.º – Condicionamento do Acesso a Espaços, a Utilização de Materiais e Atividades .....   | 96  |
| Artigo 218.º – Competência para Aplicação das Medidas Corretivas.....  | 96  |
| Artigo 219.º – Atividades de Integração na Escola ou na Comunidade .....   | 96  |
| Artigo 220.º – Medidas Disciplinares Sancionatórias .....  | 97  |
| Artigo 221.º – Cumulação de Medidas Disciplinares.....   | 97  |
| Artigo 222.º – Medidas Disciplinares Sancionatórias. Procedimento Disciplinar .....  | 97  |
| Artigo 223.º – Celeridade do Procedimento Disciplinar .....  | 97  |
| Artigo 224.º – Suspensão Preventiva do Aluno .....   | 97  |
| Artigo 225.º – Decisão Final .....   | 97  |
| Artigo 226.º – Execução das Medidas Corretivas e Disciplinares Sancionatórias.....   | 97  |
| Artigo 227.º – Recursos.....   | 97  |
| Artigo 228.º – Salvaguarda da Convivência Escolar .....  | 98  |
| Artigo 229.º – Responsabilidade Civil e Criminal .....   | 98  |
| Secção II – Pessoal Docente .....  | 98  |
| Artigo 230.º – Papel dos Professores.....  | 98  |
| Artigo 231.º – Direitos do Pessoal Docente .....   | 98  |
| Artigo 232.º – Autoridade do Professor.....  | 98  |
| Artigo 233.º – Deveres do Pessoal Docente.....   | 99  |
| Secção III – Pessoal Não Docente .....   | 99  |
| Artigo 234.º – Caracterização .....  | 99  |
| Artigo 235.º – Direitos.....   | 99  |
| Artigo 236.º – Deveres.....  | 100 |
| Artigo 237.º – Distribuição de Serviço .....   | 101 |
| Artigo 238.º – Uso de Indumentária Própria .....   | 101 |
| Secção IV – Pais e/ou Encarregados de Educação .....   | 101 |
| Artigo 239.º – Direitos e deveres .....  | 101 |
| Artigo 240.º – Direitos Gerais dos Pais e Encarregados de Educação .....   | 101 |
| Artigo 241.º – Outros direitos .....   | 102 |
| Artigo 242.º – Deveres gerais .....  | 102 |
| Artigo 243.º – Atendimento de Encarregados de Educação.....  | 103 |
| Artigo 244.º – Associações de Pais e Encarregados de Educação (APEE) .....   | 103 |



|  |            |
|--|------------|
| Secção V – Autarquia e Outros Membros da Comunidade .....                              | 104        |
| Artigo 245.º – Direitos e Deveres da Autarquia e de Outros Membros da Comunidade ..... | 104        |
| <b>DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>  | <b>105</b> |
| Artigo 246.º – Omissões .....  | 105        |
| Artigo 247º – Revisão do Regulamento Interno .....                                     | 105        |
| <b>ANEXOS .....</b>  | <b>106</b> |
| <br>   |            |
| <b>ANEXO 1.....</b>  | <b>107</b> |
| Regulamento dos Cursos Vocacionais.....  | 107        |
| <br>   |            |
| <b>ANEXO 2.....</b>  | <b>121</b> |
| Regulamento dos Cursos de Educação e Formação .....                                    | 121        |
| <br>   |            |
| <b>ANEXO 3.....</b>  | <b>124</b> |
| Regulamento da Prova de Aptidão Profissional (PAP) .....                               | 124        |
| <br>   |            |
| <b>ANEXO 4.....</b>  | <b>127</b> |
| “Espaço Com...vivências” .....   | 127        |
| <br>   |            |
| <b>ANEXO 5.....</b>  | <b>131</b> |
| Projeto do Desporto Escolar .....  | 131        |
| <br>   |            |
| <b>ANEXO 6.....</b>  | <b>136</b> |
| “Projeto SABER +” – Ano Letivo 2014/15 .....   | 136        |
| <br>   |            |
| <b>ANEXO 7.....</b>  | <b>139</b> |
| Regulamento das visitas de estudo do Agrupamento de Escolas de Alcochete .....         | 139        |
| <br>   |            |
| <b>ANEXO 8.....</b>  | <b>143</b> |
| (a que se refere o Artigo142.º) .....  | 143        |
| <br>   |            |
| <b>ANEXO 9.....</b>  | <b>143</b> |
| (a que se refere o Artigo 147.º) .....   | 143        |

|   |            |
|---|------------|
| <b>Regulamento de Funcionamento do GIAE .....</b> | <b>143</b> |
| <b>ANEXO 10 .....</b>                             | <b>147</b> |
| <b>(a que se refere o Artigo 219.º) .....</b>     | <b>147</b> |
| <b>ANEXOS DOS LINKS.....</b>                      | <b>152</b> |

### **PREÂMBULO**

No ano letivo de 2012/2013, procedeu-se à elaboração do Regulamento Interno (adiante designado por RI) do Agrupamento de Escolas de Alcochete (adiante designado por AEA), de acordo com o enquadramento legal decorrente do Decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho, tendo em vista o cumprimento do estipulado na [alínea b\) do Artigo 61.º](#): «preparar, assim que aprovado o regulamento interno, as eleições para o conselho geral».

Este documento teve por base os Regulamentos Internos da Escola Secundária de Alcochete e do Agrupamento Vertical de Escolas de Alcochete, aprovados em cada uma destas instituições, bem como os demais documentos orientadores e regimentos internos próprios. Procura formalizar os princípios, normas e orientações que, à luz da legislação atual, regem o funcionamento da atividade do AEA em geral e dos vários setores em particular, bem como regula a relação entre os utentes do AEA e os seus vários órgãos e setores, nos aspetos em que tal não esteja previsto na legislação nacional.

O RI, instrumento do exercício da autonomia do AEA, visa facilitar a aplicação dos princípios e valores emergentes de uma cultura de escola implícita em cada um dos estabelecimentos de ensino do agrupamento, sublinhando as mais díspares sensibilidades de cada membro desta comunidade escolar.

Visa ainda promover a participação ativa e responsável de todos os elementos da comunidade educativa (CE), num ambiente de colaboração e corresponsabilização, propício ao desenvolvimento da formação integral dos indivíduos.

## Capítulo I – DISPOSIÇÕES GERAIS

### Artigo 1.º – Definição e Âmbito de Aplicação

1. O presente Regulamento Interno (RI) rege o funcionamento do AEA. Baseia-se fundamentalmente no Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, no Estatuto do Aluno e Ética Escolar e no Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.
2. Estabelece os princípios de convivência e cooperação entre os seus elementos e entre os diferentes grupos que constituem o Agrupamento e aplica-se a todos os elementos da comunidade escolar e ainda aos restantes utentes durante a sua permanência nas escolas do agrupamento.
3. Estão sujeitos às suas normas os atos praticados no exterior do AEA sempre que os seus agentes estiverem no desempenho das suas funções.

### Artigo 2.º – Constituição do Agrupamento de Escolas de Alcochete

1. O AEA é constituído pelos seguintes estabelecimentos de educação/ensino, localizados no concelho de Alcochete:

- a) Escola Secundária de Alcochete;
- b) Escola Básica do 2.º e 3.º ciclos El-Rei D. Manuel I - Alcochete;
- c) Escola Básica da Restauração;
- d) Escola Básica de São Francisco;
- e) Escola Básica do Samouco;
- f) Escola Básica n.º 1 de Alcochete;
- g) Escola Básica n.º 2 de Alcochete;
- h) Escola Básica do Passil;
- i) Jardim de Infância do Samouco.

2. A sede do AEA funciona na Escola Secundária de Alcochete.

### Artigo 3.º – Revisão e Divulgação do Regulamento Interno (RI)

O RI do AEA é publicitado na escola-sede, através de um exemplar impresso disponível na secretaria, na página eletrónica do AEA e através de um exemplar impresso em cada um dos estabelecimentos de ensino e educação que constituem o agrupamento, para consulta da comunidade escolar.

### Artigo 4.º – Regimentos Internos

1. O funcionamento e a organização das estruturas de orientação educativa, bem como dos serviços técnico-pedagógicos, são regulados por regimentos internos próprios.
2. Os regimentos internos devem ser elaborados e aprovados pelos membros das estruturas de gestão e orientação educativa a que dizem respeito.
3. Os regimentos internos referidos no ponto anterior formalizam os modos e procedimentos de obter deliberações, a saber: funcionamento das reuniões (periodicidade das reuniões ordinárias, convocatórias de reuniões ordinárias e extraordinárias, quórum, modo de votação, secretariado, etc.) e procedimentos de revisão do regimento.

4. Os regimentos podem ser revistos num prazo de 30 dias após a renovação dos elementos de cada estrutura de orientação educativa.

### **Artigo 5.º – Regulamentos Específicos**

1. O funcionamento e a organização das estruturas de orientação educativa, bem como dos serviços técnico-pedagógicos são regulados por regulamentos específicos que fazem parte integrante deste RI.
2. Os regulamentos específicos das estruturas de orientação educativa, referidos no ponto anterior, podem apresentar conteúdos que se refiram, nomeadamente, aos seguintes aspetos: modos de operacionalizar ou perseguir as competências que estão atribuídas à respetiva estrutura, tópicos a abordar nos relatórios de atividades, relações com outras estruturas de supervisão/participação, formas de garantir/estimular a articulação interdisciplinar, formas de avaliar e divulgar as atividades realizadas, formas de avaliação das necessidades de formação, modalidades/mecanismos de monitorização e avaliação dos resultados escolares dos alunos.
3. Os regulamentos podem ser revistos num prazo de 30 dias após a renovação dos elementos de cada estrutura de orientação educativa.

### **Artigo 6.º – Reuniões**

1. A divulgação das reuniões é feita através de convocatórias.
2. A convocatória deve conter: a identificação de quem convoca, os destinatários, o local, data e hora da reunião e os assuntos a tratar, devidamente especificados e a assinatura do Diretor.
3. Para as reuniões ordinárias, as convocatórias poderão ser enviadas eletronicamente, uma vez garantida a sua afixação nos locais especificamente designados para o efeito, em cada estabelecimento de ensino do AEA, com pelo menos 48 horas de antecedência.
4. Para as reuniões de avaliação, a calendarização deve ser divulgada com pelo menos três dias úteis de antecedência.
5. Não é permitida a realização de reuniões ordinárias com prejuízo das atividades letivas.
6. De cada reunião deverá ser lavrada a respetiva ata.

## **Capítulo II – ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DO AGRUPAMENTO**

### **Artigo 7.º – Princípios Orientadores da Gestão**

1. O AEA norteia a sua gestão e administração por princípios de igualdade, de participação e de transparência, em respeito pelos princípios e objetivos consagrados na Constituição e na Lei de Bases do Sistema Educativo, designadamente:

- a) Integrar o agrupamento na comunidade que serve e estabelecer a interligação do ensino e das atividades económicas, sociais e culturais;
- b) Contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos;
- c) Assegurar a participação de todos os intervenientes no processo educativo, nomeadamente dos docentes, dos alunos, das famílias, das autarquias e de entidades representativas das atividades e instituições sociais, económicas e culturais.

2. São ainda objetivos do AEA:

- a) Promover o sucesso e prevenir o abandono escolar dos alunos e desenvolver a qualidade das aprendizagens e dos resultados escolares;
- b) Promover a equidade social, criando condições para a concretização da igualdade de oportunidades para todos;
- c) Assegurar as melhores condições de estudo e de trabalho, de realização e de desenvolvimento pessoal e profissional;
- d) Cumprir e fazer cumprir os direitos e os deveres constantes das leis, normas ou regulamentos e manter a disciplina;
- e) Administrar com rigor e eficiência os recursos disponíveis para o desenvolvimento da sua missão;
- f) Assegurar a estabilidade e a transparência da gestão e da administração escolares, designadamente através dos adequados meios de comunicação e informação;
- g) Proporcionar condições para a participação dos membros da comunidade educativa e promover a sua iniciativa.

### **Artigo 8.º – Órgãos de Administração e Gestão do Agrupamento**

Nos termos do Regime de Autonomia, Administração e Gestão (Decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho), o AEA é administrado e gerido pelos seguintes órgãos:

- a) Conselho Geral;
- b) Diretor;
- c) Conselho Pedagógico;
- d) Conselho Administrativo.

## **Secção I – Conselho Geral**

### **Artigo 9.º – Definição**

A definição de Conselho Geral (CG) encontra-se transcrita no [Artigo 11.º do Decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho](#).

### **Artigo 10.º – Composição**

O CG é composto por 21 elementos:

- a) 8 Representantes dos docentes;
- b) 2 Representantes do pessoal não docente;
- c) 4 Representantes dos encarregados de educação;
- d) 2 Representantes dos alunos maiores de 16 anos (1 do Ensino Diurno e 1 do Ensino Noturno);
- e) 2 Representantes do município;
- f) 3 Representantes da comunidade local.
- g) O Diretor (sem direito a voto).

### **Artigo 11.º – Competências**

1. São competências do CG as previstas no [Artigo 13.º, do Decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho](#) e são ainda funções suas:

- a) Redigir e aprovar o seu regimento interno;
- b) Apreciar o Plano de Prevenção e Segurança dos estabelecimentos de ensino/educação que compõem o AEA;
- c) Organizar, em articulação com a Direção, os procedimentos para integração dos alunos nos Quadros de Valor, Mérito e Excelência e o ato público de entrega dos respetivos diplomas;
- d) No que respeita à recondução e à cessação do mandato do Diretor, deliberar segundo os [pontos 3, 4, 5 e 6 do Artigo 25.º do Decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho](#);
- e) No que respeita à constituição de assessorias técnico-pedagógicas, autorizar segundo [o ponto 1, do Artigo 30.º do Decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho](#).

2. O CG tem a faculdade de:

- a) Requerer aos restantes órgãos as informações necessárias para realizar eficazmente o acompanhamento e a avaliação do funcionamento do AEA;
- b) Nomear comissões especializadas para o efeito do exercício das suas competências;
- c) Constituir uma comissão permanente, respeitando a proporcionalidade dos corpos nele representados, para acompanhamento da atividade do AEA;
- d) Eleger o seu presidente por maioria absoluta dos votos dos seus membros em efetividade de funções.

## **Artigo 12.º – Regime de Funcionamento**

1. O CG reúne ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que convocado pelo respetivo presidente, por sua iniciativa, a requerimento de um terço dos seus membros em efetividade de funções ou por solicitação do Diretor.
2. As reuniões do CG devem ser marcadas em horário que permita a participação de todos os seus membros, em qualquer dia útil da semana.
3. As atas das reuniões do CG são enviadas, após aprovação, por meio expedito, a todos os membros do conselho.
4. Uma síntese das atas das reuniões do CG é divulgada nas escolas do Agrupamento, por afixação nas salas de professores da ESA e da Escola E. B. 2, 3 El-Rei D. Manuel I e envio por e-mail às coordenações das restantes escolas.
5. Outras indicações e regras de funcionamento do CG são parte integrante do regimento deste órgão, aprovado anualmente, em plenário.

## **Artigo 13.º – Designação de Representantes**

1. Os representantes do pessoal docente são eleitos segundo o ponto 1, do Artigo 14.º, do Decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho.
2. Os representantes dos alunos são eleitos separadamente.
3. Os representantes dos pais e encarregados de educação são eleitos segundo o ponto 3, do Artigo 14.º, do Decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho; no caso de não existirem Associações de Pais, caberá ao Diretor proceder à convocatória e à orientação da assembleia referida.
4. O presidente do CG solicitará às associações de pais e encarregados de educação dos estabelecimentos de ensino/educação, por escrito, a indicação dos respetivos representantes ao CG, resultante do procedimento referido no ponto anterior.
5. Os representantes do município são designados segundo o ponto 4, do Artigo 14.º, do Decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho.
6. O presidente do CG solicitará à Câmara Municipal, por escrito, a designação dos respetivos representantes ao CG.
7. Os representantes da comunidade local, quer se trate de individualidades ou instituições representativas dos domínios económico, social, cultural e científico, são cooptados pelos restantes membros na primeira reunião do CG, convocada pelo presidente do CG cessante.
8. As instituições e organizações cooptadas devem indicar os seus representantes no prazo de cinco dias úteis.

## **Artigo 14.º – Eleição de Representantes**

1. Os representantes dos alunos, do pessoal docente e do pessoal não docente no CG são eleitos separadamente pelos respetivos corpos.
2. Para a eleição dos representantes dos alunos só serão considerados votantes e elegíveis os maiores de 16 anos.
3. As listas deverão ser compostas de acordo o disposto no número 2, do Artigo 15.º do Decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho.
4. O processo eleitoral para o CG realiza-se por sufrágio direto, secreto e presencial.



5. Caso reste um mandato para distribuir e os termos seguintes da série forem iguais e de listas diferentes, o mandato cabe à lista que tiver obtido menor número de votos (de acordo com o método de Hondt), de acordo com o disposto no número 4 do Artigo 15.º do Decreto-lei n.º 137/2012.

6. O processo eleitoral deve guiar-se pelos seguintes procedimentos:

- a) As informações relativas ao processo eleitoral, nomeadamente procedimentos, os locais de entrega e de afixação das listas de candidatos, as horas e os locais de escrutínio devem ser divulgados em todos os estabelecimentos de ensino e, sempre que possível, afixados;
- b) O pessoal docente, o pessoal não docente e os alunos reúnem em separado, antes da realização das assembleias eleitorais, para elegerem os membros das três comissões eleitorais, as quais serão constituídas por um presidente e dois secretários, e ainda designar os membros das mesas das secções de voto (mínimo de 2 por secção);
- c) Nestas reuniões aprovar-se-ão os horários de funcionamento das secções de voto;
- d) Cada lista poderá indicar até dois representantes para acompanharem todos os atos da eleição;
- e) No caso dos alunos diurnos, serão designados dois docentes para acompanharem o respetivo processo eleitoral;
- f) Existirão as seguintes secções de voto:
  - i) Escola Secundária de Alcochete (docentes, discentes e pessoal não docente);
  - ii) Escola E.B. 2,3 El-Rei D. Manuel I – Alcochete (docentes e pessoal não docente);
  - iii) Escola Básica de São Francisco (docentes e pessoal não docente);
  - iv) Escola Básica de Samouco (docentes e pessoal não docente);
  - v) Escola Básica do Passil (docentes e pessoal não docente).
- g) Em cada secção de voto será elaborada ata parcial, onde se indicará se o ato eleitoral decorreu ou não dentro da normalidade, que deverá ser assinada por todos os membros da mesa;
- h) Terminadas as últimas votações, procede-se à abertura das urnas na escola sede do AEA, perante a comissão eleitoral, lavrando-se atas, as quais serão assinadas por esta comissão e pelo presidente do CG;
- i) O ato eleitoral poderá ser impugnado, até dois dias úteis após a sua realização, através de solicitação fundamentada, apresentada por escrito e dirigida ao presidente do CG em exercício, que decidirá no prazo de dois dias úteis.

### **Artigo 15.º – Representantes dos Docentes**

1. As listas dos docentes ao CG devem conter a indicação dos candidatos a membros efetivos, em número de oito, bem como dos candidatos a membros suplentes, em número de quatro.

2. As listas deverão ser rubricadas pelos respectivos candidatos que, assim, manifestarão a sua concordância.
3. As listas ao CG serão entregues ao presidente do CG, ou a quem as suas vezes fizer, até três dias úteis antes do dia da assembleia eleitoral. O presidente, depois de rubricá-las, deve fazê-las divulgar em todos os estabelecimentos do AEA.

### **Artigo 16.º – Representantes do Pessoal Não Docente**

1. As listas dos representantes do pessoal não docente ao CG devem conter a indicação dos candidatos a membros efetivos, em número de dois, bem como dos candidatos a membros suplentes, em número de dois.
2. As listas deverão ser rubricadas pelos respectivos candidatos que, assim, manifestarão a sua concordância.
3. As listas ao CG serão entregues ao presidente do CG, ou a quem as suas vezes fizer, até três dias úteis antes do dia da assembleia eleitoral. O presidente, depois de rubricá-las, deve fazê-las divulgar em todos os estabelecimentos do AEA.

### **Artigo 17.º – Representantes dos Alunos**

1. Os alunos em regime diurno e os alunos em regime noturno (Educação de Adultos) candidatam-se à eleição constituídos em listas separadas.
2. As listas dos alunos devem conter a indicação dos candidatos a membros efetivos, em número de um, bem como dos candidatos a membros suplentes, em número de dois.
3. Não podem candidatar-se os alunos que estejam abrangidos pelo n.º 3 do art.º 50 do Decreto-lei n.º 137/2012.
4. As listas deverão ser rubricadas pelos respectivos candidatos que, assim, manifestarão a sua concordância.
5. As listas ao CG serão entregues ao presidente do CG, ou a quem as suas vezes fizer, até três dias úteis antes do dia da assembleia eleitoral. O presidente, depois de rubricá-las, deve fazê-las divulgar na Escola Secundária e na Escola E.B. 2,3 El Rei D. Manuel I.
6. No caso de não existirem candidaturas de um dos dois grupos de alunos indicados no n.º 1, serão eleitos dois elementos do grupo que apresentou candidatos à eleição.

### **Artigo 18.º – Mandato**

1. O mandato dos membros do CG tem a duração de quatro anos, sem prejuízo do disposto nos números seguintes, de acordo com o n.º 1 do art.º 16 do Decreto-lei n.º 137/2012.
2. Os mandatos dos representantes dos pais e encarregados de educação e dos representantes dos alunos têm a duração de dois anos escolares.
3. A substituição dos membros do CG no exercício do seu cargo regula-se pelos números 3 e 4 do art.º 16 do Decreto-lei n.º 137/2012.
4. Devem considerar-se motivos para a perda de mandato:
  - a) Duas faltas injustificadas às reuniões do CG;
  - b) Incumprimento doloso dos normativos constantes do presente RI;

- c) No caso dos alunos, de acordo com o disposto no [n.º 5 do art.º 8 da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro](#) (Estatuto do Aluno).

### **Artigo 19.º – Acumulação de Cargos dos Membros Docentes**

Não podem ser membros do CG:

- a) Os membros do Conselho Pedagógico (CP);
- b) Os membros da direção;
- c) Os coordenadores de escolas ou estabelecimentos de educação pré-escolar;
- d) Os assessores da Direção.

### **Artigo 20.º – Reuniões do Conselho Geral**

1. Regem-se pelo disposto nos [n.ºs 1 e 2 do art.º 17 do Decreto-lei n.º 137/2012](#) e pelo respetivo regimento.

## **Secção II – Diretor**

### **Artigo 21.º – Definição**

O Diretor é o órgão de administração e gestão do agrupamento de escolas nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial.

### **Artigo 22.º – Subdiretor e Adjuntos do Diretor**

A subdireção e o número de adjuntos a nomear pelo Diretor são regulados pelo [art.º 19 do Decreto-lei n.º 137/2012](#).

### **Artigo 23.º – Competências**

1. São competências do Diretor o previsto nos n.ºs 1, 2 e 3 do art.º 20 do Decreto-lei n.º 137/2012.
2. No plano da gestão pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial, compete ao Diretor:
  - a) O definido nas [alíneas a\), c\), d\), e\), f\), g\), h\), i\), j\), k\) e l\) do n.º 4 do art.º 20 do Decreto-lei n.º 137/2012](#);
  - b) O previsto no [n.º 5 e 6 do art.º 20 do Decreto-lei n.º 137/2012](#).
3. O Diretor tem ainda as funções de:
  - a) Definir os critérios de atribuição de créditos horários de escola, ouvidos o CP e o CG em reunião de final de ano letivo;
  - b) Definir os critérios de distribuição de serviço docente, ouvido o CP e o CG em reunião de final do ano letivo.
4. As delegações de competências e de substituição do Diretor são as previstas nos [números 7 e 8 do art.º 20 do Decreto-lei n.º 137/2012](#).

### **Artigo 24.º – Recrutamento**

1. O Diretor é eleito pelo CG nos termos do [Artigo 21.º do Decreto-lei n.º 137/2012](#).

2. Até final do ano escolar 2014/2015 o disposto no número 5 do Artigo 21.º do Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, na redação dada pelo Decreto-lei n.º 137/2012, não é aplicável aos procedimentos concursais, aos quais podem ser opositores, em igualdade de circunstâncias, os candidatos que preencham os requisitos previstos nas alíneas a), b), c) e d) do número 4 do mesmo artigo.

3. O subdiretor, os adjuntos e os coordenadores de estabelecimento são nomeados pelo Diretor, [Artigo 21.º do Decreto-lei n.º 137/2012.](#)

### **Artigo 25.º – Procedimento concursal**

O procedimento concursal realiza-se nos termos dos [Artigos 22.º, 22.º-A e 22.º-B do Decreto-lei n.º 137/2012.](#)

### **Artigo 26.º – Eleição**

A eleição do Diretor decorre de acordo com o previsto no [Artigo 23.º do Decreto-lei n.º 137/2012.](#)

### **Artigo 27.º – Posse**

A posse do Diretor decorre de acordo com o previsto no [Artigo 24.º do Decreto-lei n.º 137/2012.](#)

### **Artigo 28.º – Mandato**

Processa-se de acordo com o estipulado no [Artigo 25.º do Decreto-lei n.º 137/2012.](#)

### **Artigo 29.º – Regime de Exercício de Funções, Direitos e Deveres do Diretor**

O regime de exercício de funções, os direitos e os deveres do Diretor são os que se encontram consignados nos [Artigos 26, 27, 28 e 29 do Decreto-lei n.º 137/2012.](#)

### **Artigo 30.º – Assessorias da Direção**

O CG pode autorizar a constituição de assessorias técnico-pedagógicas de acordo com os [pontos 1 e 2 do Artigo 30.º Decreto-lei n.º 137/2012.](#)

## **Secção III – Conselho Pedagógico**

### **Artigo 31.º – Definição**

O CP é o órgão de coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa do Agrupamento, nomeadamente nos domínios pedagógico-didático, da orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente. Toda a atividade do CP deve desenvolver-se no respeito pelos princípios de democraticidade e participação consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo.

### **Artigo 32.º – Composição**

1. De acordo com as disposições do [Artigo 32.º do Decreto-lei 137/2012 de 2 de julho](#), o CP do AEA tem a seguinte composição:

- a) O Diretor, que preside;
- b) O coordenador do Departamento da Educação Pré-Escolar;
- c) O coordenador do Departamento do 1.º ciclo do Ensino Básico;
- d) O coordenador do Departamento de Português;
- e) O coordenador do Departamento de Línguas Estrangeiras;
- f) O coordenador do Departamento de Ciências Formais;
- g) O coordenador do Departamento de Ciências Experimentais;
- h) O coordenador do Departamento de Expressões;
- i) O coordenador do Departamento de Ciências Sociais e Humanas I;
- j) O coordenador do Departamento de Ciências Sociais e Humanas II;
- k) O representante dos coordenadores de ano do 1.º ciclo do Ensino Básico;
- l) O representante dos coordenadores dos diretores de turma do 2.º ciclo do Ensino Básico;
- m) O representante dos coordenadores dos diretores de turma do 3.º ciclo do Ensino Básico;
- n) O representante dos coordenadores dos diretores de turma do Ensino Secundário;
- o) O representante dos Cursos Orientados para o Mundo do Trabalho (COMT);
- p) O coordenador das equipas das Bibliotecas Escolares;
- q) O representante do Serviço de Educação Especial e Apoio Educativo.

### **Artigo 33.º – Convites à participação**

O coordenador da Escola E. B. 2, 3 El-Rei D. Manuel I, um representante dos coordenadores de estabelecimento do pré-escolar e 1.º ciclo (que podem fazer-se representar em regime de rotatividade) e o coordenador de projetos são convidados a participar nas reuniões do CP, sem direito a voto.

### **Artigo 34.º – Competências**

1. As competências do CP são definidas no [Artigo 33.º do Decreto-lei n.º 137/2012](#).
2. São ainda funções do CP:

- a) Apresentar propostas de alteração do Regulamento Interno e dos planos anual e plurianual de atividades;
- b) Proceder ao acompanhamento e à avaliação da execução das suas deliberações e recomendações;
- c) Elaborar e fazer aprovar, por iniciativa do presidente, o seu regimento interno, nos trinta dias subsequentes ao início da sua entrada em funções.

### **Artigo 35.º – Regime de Funcionamento**

De acordo com o disposto [nos n.ºs 1 e 2 do Artigo 34.º do Decreto-lei n.º 137/2012](#) e o estipulado no respetivo regimento.

1. As atas das reuniões do Conselho Pedagógico são enviadas, após aprovação, por meio expedito, a todos os membros do conselho.
2. Um resumo das atas das reuniões do CP é divulgada nas escolas do Agrupamento, por afixação nas suas salas de professores e envio por e-mail aos coordenadores de departamento que as divulgam a todos os docentes dos seus departamentos curriculares.
3. As atas das reuniões do CP podem ser consultadas por quem o solicitar, de acordo com o estipulado na lei n.º 46/2007 de 24/8, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 214-G/2015, de 02 de Outubro e tendo em conta, nomeadamente, o n.º 1 do Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22/4, republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2/7, o artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 6/2014, de 19/5, o Parecer CADA n.º 147/2006, de 19/7 e o Parecer CADA n.º 430/2014.
4. Outras indicações e regras de funcionamento do CP são parte integrante do regimento deste órgão, aprovado anualmente, em plenário.

### **Artigo 36.º – Eleição e Designação de Representantes**

1. Os coordenadores de departamentos curriculares são eleitos de entre os docentes propostos pelo Diretor, de acordo com o [n.º 7 e 8 do Artigo 43.º do Decreto-lei n.º 137/2012](#).
2. Os restantes coordenadores e representantes são designados pelo Diretor.
3. Todos os mandatos têm a duração de quatro anos, salvo decisão em contrário do Diretor, no interesse do agrupamento.

## **Secção IV – Conselho Administrativo**

### **Artigo 37.º – Definição**

O Conselho Administrativo é o órgão deliberativo em matéria administrativo-financeira, do agrupamento, de acordo com a legislação em vigor.

### **Artigo 38.º – Composição**

A composição do Conselho Administrativo do AEA segue o disposto no [Artigo 37.º do Decreto-lei n.º 137/2012](#).

### **Artigo 39.º – Competências**

1. As competências do Conselho Administrativo são definidas no [Artigo 38.º do Decreto-lei n.º 137/2012 e no Decreto-lei n.º 43/89 de 3 de Fevereiro](#).
2. Compete ainda ao Conselho Administrativo elaborar e aprovar, por iniciativa do Diretor, nos trinta dias subsequentes ao início das respetivas funções, o regimento interno do Conselho Administrativo, respeitando o definido no [Artigo 39.º do Decreto-lei n.º 137/2012](#).

## **Secção V – Coordenações de Escola e de Estabelecimentos de Educação**

### **Artigo 40.º – Coordenação de Escola e de Estabelecimento de Educação Pré-Escolar**

A coordenação de cada estabelecimento de educação pré-escolar e de cada escola integrada no AEA regula-se pelo disposto no [Artigo 40.º do Decreto-lei n.º 137/2012.](#)

### **Artigo 41.º – Coordenações de Escola do AEA**

As escolas do AEA com coordenação são as seguintes:

- a) Escola Básica do 2.º e 3.º ciclos El-Rei D. Manuel I - Alcochete;
- b) Escola Básica da Restauração;
- c) Escola Básica de São Francisco.
- d) Escola Básica do Samouco.
- e) Escola Básica n.º 1 de Alcochete.
- f) Escola Básica n.º 2 de Alcochete.
- g) Escola Básica do Passil.
- h) Jardim de Infância do Samouco.

### **Artigo 42.º – Competências do Coordenador de Escola ou de Estabelecimento de Educação Pré-Escolar**

1. As competências do coordenador de escola ou de estabelecimento de educação pré-escolar são definidas no [Artigo 41.º do Decreto-lei 137/2012.](#)
2. Compete ainda ao coordenador de escola ou estabelecimento de educação coadjuvar o Diretor na avaliação do pessoal não docente.

## **Capítulo III – ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA**

### **Secção I – Estruturas de Coordenação Educativa e Supervisão Pedagógica**

#### **Artigo 43.º – Finalidades Gerais**

1. A constituição de estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica visa, nomeadamente:

- a) A articulação e a gestão curricular na aplicação do currículo nacional e dos programas e orientações curriculares e programáticas definidos a nível nacional;
- b) A articulação e o desenvolvimento de componentes curriculares e extracurriculares por iniciativa do AEA.
- c) O enquadramento da atividade docente no seio da comunidade escolar;
- d) A organização, o acompanhamento e a avaliação das atividades de turma ou de grupos de alunos;
- e) A coordenação pedagógica de cada ano, ciclo ou curso.

2. As estruturas de orientação educativa são:

- a) O Departamento Curricular;
- b) O Conselho de Grupo de Recrutamento/Ano (1.º Ciclo)
- c) O Conselho de Turma / Equipa Pedagógica;
- d) O Conselho dos Diretores de Turma;
- e) O Conselho formado pelos docentes e diretores dos Cursos Profissionais;
- f) O Conselho formado pelo coordenador, pelos mediadores e restantes docentes dos Cursos de Educação e Formação de Adultos;
- g) O Conselho formado pelo coordenador, pelos diretores de turma e restantes docentes dos Cursos de Educação e Formação;
- h) O Conselho formado pelo coordenador, pelos diretores de turma e restantes docentes dos Cursos Vocacionais;
- i) O Conselho dos Representantes dos Projetos do AEA.

#### **Artigo 44.º – Plano Anual de Atividades**

Uma das competências dos cargos envolvidos nas estruturas de orientação educativa é a realização de uma proposta de Plano Anual de Atividades (PAA), que deverá respeitar o disposto no Decreto-lei n.º 183/96 de 27 de Setembro e no Decreto-lei n.º 75/ 2008, de 22 de Abril, republicado pelo Decreto-lei n.º 137/2012 de 2 de julho.

- 1. O PAA constitui, de acordo com a legislação em vigor, um dos instrumentos do exercício da autonomia do AEA.
- 2. A elaboração do PAA deve fazer-se em função do Projeto Educativo (artº 9º do DL 137/2012).



## **Artigo 45.º – Relatório Anual de Atividades**

1. É também competência dos cargos envolvidos nas estruturas de orientação educativa a redação de relatório crítico das atividades desenvolvidas, que deverá respeitar o disposto no [Decreto-lei n.º 183/96 de 27 de Setembro](#).
2. Todos os relatórios referidos no n.º 1 devem ser entregues nos serviços administrativos até ao dia 15 de julho de cada ano letivo.

## **Subsecção I – Departamentos Curriculares e Grupos Disciplinares**

### **Artigo 46.º – Composição dos Departamentos Curriculares**

1. Os Departamentos Curriculares são estruturas de orientação educativa que colaboram com o CP e com o Diretor no sentido de assegurar a articulação e a gestão curricular.
2. Nos Departamentos estão representados os Grupos de Recrutamento e as áreas disciplinares, de acordo com os cursos lecionados nas escolas.
3. A abertura de qualquer grupo ou área disciplinar obriga à sua inclusão num dos Departamentos Curriculares já existentes, de acordo com o parecer do CP.
4. Em disciplinas/áreas disciplinares cuja especificidade o aconselhe, designadamente, Ciências Físico-Químicas, Física e Química, Ciências Naturais, Biologia e Geologia, Informática, Artes Visuais e Educação Física haverá um diretor de instalações.
5. Os técnicos especializados (código 999) são integrados nos departamentos de acordo com a sua área.
5. Os Departamentos Curriculares do AEA são os seguintes:

| <b>Departamento Curricular</b> | <b>Grupo de recrutamento /áreas disciplinares</b>   |
|--------------------------------|---|
| Educação Pré-Escolar           | Código 100  |
| Primeiro Ciclo                 | Código 110 e 120  |
| Português                      | Português/Francês (código 210), Português/Inglês (código 220), Português/História (código 200), Português (código 300)  |
| Línguas Estrangeiras           | Inglês (código 120), Português/Francês (código 210), Português/Inglês (código 220), Francês (código 320), Inglês (código 330), Alemão (código 340), Espanhol (código 350) |
| Ciências Sociais e Humanas I   | Filosofia (código 410), Economia e Contabilidade (código 430), Educação Especial (códigos 910, 920 e 930)   |
| Ciências Sociais e Humanas II  | Português/História (código 200), História (código 400), Geografia (código 420), EMR (290...)  |
| Ciências Formais               | Matemática e Ciências da Natureza (código 230), Matemática (código 500), Informática (código 550)   |
| Ciências Experimentais         | Matemática e Ciências da Natureza (código 230), Física e Química (código 510), Biologia e Geologia (código 520)   |

|            |   |
|------------|---|
| Expressões | Artes Visuais (código 240 e código 600), Educação Física (código 620 e código 260), Educação Tecnológica (código 240, código 530), Electrotecnia (código 540), Ciências Agropecuárias (código 560), Educação Musical (código 250) |
|------------|---|

### **Artigo 47.º – Competências dos Departamentos Curriculares**

Os Departamentos Curriculares têm as seguintes competências:

- a) Planificar as atividades letivas (e não letivas) adequando à realidade das escolas e à especificidade de grupos de alunos a aplicação dos planos de estudo estabelecidos a nível nacional;
- b) Definir os critérios de avaliação das disciplinas ou áreas disciplinares, de acordo com os critérios gerais de AEA;
- c) Assegurar a coordenação/articulação de procedimentos e formas de atuação nos domínios da aplicação de estratégias de diferenciação pedagógica e da avaliação das aprendizagens;
- d) Estabelecer critérios de seleção de manuais e outros materiais didáticos;
- e) Contribuir para a elaboração do PAA e para a concretização do PE, tendo em conta a articulação das propostas formuladas pelos Grupos Disciplinares, Conselhos de Turma e de Ano, e colaborar na sua avaliação (no final do ano);
- f) Colaborar com outras estruturas de organização pedagógica e serviços do AEA na adoção e aplicação de metodologias destinadas ao desenvolvimento quer dos planos de estudo, quer das eventuais componentes de âmbito local do currículo;
- g) Apoiar os docentes em profissionalização ou em período probatório, nomeadamente na partilha de experiências e recursos de formação;
- h) Colaborar na elaboração do plano de formação do pessoal docente, tendo em conta o PE e as necessidades identificadas pelos Grupos Disciplinares;
- i) Refletir sobre questões pedagógicas, métodos de ensino e avaliação, materiais didáticos, organização curricular, processos e critérios de avaliação de docentes e discentes, visando a melhoria da qualidade das práticas educativas.

### **Artigo 48.º – Reuniões / Funcionamento dos Departamentos Curriculares**

1. Todos os Departamentos Curriculares reúnem ordinariamente uma vez por mês. As atas das reuniões de departamento são entregues, após aprovação, na Direção do AEA.
2. Departamento de Educação Pré-Escolar:
  - a) Este Departamento reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que for convocado pelo respetivo coordenador, por sua iniciativa ou a pedido de pelo menos dois terços dos educadores de infância que fazem parte do Departamento;

- b) Este Departamento reúne, sob a forma de plenário, com todos os educadores de infância do AEA, de acordo com o estipulado no ponto 1.
- c) As atas das reuniões do Departamento são enviadas, após aprovação, por meio expedito, a todos os membros do departamento.

**2. Departamento do 1.º Ciclo do Ensino Básico:**

- a) Este Departamento reúne ordinariamente uma vez por mês, por Conselho de Ano de escolaridade, e extraordinariamente sempre que necessário;
- b) Este Departamento reúne extraordinariamente em plenário com todos os docentes do 1.º ciclo do AEA, sempre que for convocado por iniciativa do coordenador ou a pedido de pelo menos dois terços dos professores do Departamento;
- c) Este Departamento reúne ordinariamente uma vez por mês com os coordenadores de conselho de ano e com os coordenadores de estabelecimento sem turma atribuída;
- a) As atas das reuniões do departamento são enviadas, após aprovação, por meio expedito, a todos os membros do departamento.

**3. Departamentos dos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário:**

- a) O coordenador reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que necessário, com os coordenadores dos Grupos Disciplinares do respetivo Departamento;
- b) Cada Departamento reúne em plenário, com todos os docentes do departamento, sempre que coordenador assim o entenda;
- c) Cada Departamento reúne extraordinariamente sempre que o coordenador o considere necessário ou a pedido de pelo menos dois terços dos professores do Departamento;
- b) As atas das reuniões do Departamento são enviadas, após aprovação, por meio expedito, a todos os membros do Departamento.

**Artigo 49.º – Coordenador de Departamento Nomeação,  
Representação e Mandato**

1. Os Departamentos Curriculares são coordenados preferencialmente por professores do quadro, eleitos pelos professores que compõem o respetivo departamento, de entre uma lista de três docentes, propostos pelo Diretor para o exercício do cargo. Não havendo qualquer professor de quadro no seio de um departamento, o Diretor nomeará para o cargo outro professor do Grupo de Recrutamento do AEA.
2. O mandato dos coordenadores de Departamento tem a duração de quatro anos e cessa com o mandato do Diretor, exceto se não pertencer ao Quadro do AEA, caso em que o mandato é anual.
3. Os coordenadores dos Departamentos Curriculares têm assento no CP.
4. Os coordenadores dos Departamentos Curriculares podem ser exonerados a todo o tempo por despacho do Diretor.

### **Artigo 50.º – Competências do Coordenador de Departamento**

São competências do coordenador de Departamento:

- a) Coordenar a prática científico-pedagógica dos docentes das disciplinas e áreas disciplinares;
- b) Acompanhar e orientar a atividade profissional dos professores das disciplinas ou áreas disciplinares do seu Departamento, especialmente no período probatório;
- c) Promover a troca de experiências e a cooperação entre todos os docentes que integram o Departamento Curricular;
- d) Assegurar a coordenação das orientações curriculares e dos programas de estudo, promovendo a adequação dos seus objetivos e conteúdos à situação concreta do AEA;
- e) Promover a articulação com outras estruturas ou serviços do AEA com vista ao desenvolvimento dos planos de estudo e das eventuais componentes de âmbito local do currículo;
- f) Promover a realização de atividades de investigação, reflexão e de estudo, visando a melhoria da qualidade das práticas educativas;
- g) Garantir o funcionamento do Departamento Curricular para que as suas competências sejam cumpridas.

### **Artigo 51.º – Reuniões / Funcionamento dos Grupos Disciplinares e Conselhos de Ano**

1. O Grupo Disciplinar e o Conselho de Ano reúnem ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que necessário, por iniciativa do coordenador do Grupo ou a pedido de pelo menos dois terços dos professores do Grupo.
2. Os membros do Grupo Disciplinar devem reunir regularmente por setores, anos de escolaridade e/ou níveis, tendo em vista a planificação, a preparação e a avaliação das atividades a desenvolver com os alunos.
3. As atas das reuniões dos Grupos Disciplinares e do Conselho de Ano são enviadas, após aprovação, por meio expedito, a todos os membros do Grupo e entregues na direção do AEA.

### **Artigo 52.º – Composição do Grupo Disciplinar/ Área Disciplinar**

O Grupo Disciplinar / Área Disciplinar é formado por todos os docentes do AEA em exercício de funções que partilhem as habilitações profissionais para o Grupo de Recrutamento respetivo.

### **Artigo 53.º – Competências do Grupo Disciplinar/ Conselho de ano**

São competências do Grupo Disciplinar/ Conselho de Ano:

- a) Planificar e articular a atividade letiva;

- b) Produzir materiais de apoio à atividade letiva e não letiva;
- c) Definir os critérios de avaliação nas várias disciplinas/ano lecionadas pelos docentes do grupo;
- d) Estabelecer parâmetros e formas comuns de aplicação dos critérios de avaliação;
- e) Elaborar e aplicar medidas de reforço no domínio das didáticas específicas das disciplinas/ano;
- f) Diagnosticar dificuldades e propor estratégias de remediação adequadas;
- g) Apresentar propostas de atividades para o PAA, de acordo com os princípios, metas e finalidades do PEA;
- h) Planear a atividade não letiva que envolva conteúdos programáticos da disciplina/ano (aulas de apoio, etc.);
- i) Adotar os manuais escolares;
- j) Propor a aquisição de material e equipamento de suporte ao bom desempenho das atividades letivas e não letivas do Grupo ou Ano.

**Artigo 54.º – Reuniões / Funcionamento dos Grupos  
Disciplinares dos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e Ensino  
Secundário**

1. O Grupo Disciplinar reúne ordinariamente uma vez por mês, com todos os membros do grupo em efetividade de funções, e extraordinariamente sempre que necessário, por iniciativa do coordenador ou a pedido de pelo menos dois terços dos professores do Grupo.
2. Os elementos do Grupo Disciplinar devem reunir regularmente por setores, anos de escolaridade e/ou níveis, tendo em vista a planificação, a preparação e a avaliação das atividades a desenvolver com os alunos.

**Artigo 55.º – Coordenador de Grupo ou Coordenador de  
Ano – Mandato e Competências**

1. O coordenador de Grupo Disciplinar ou coordenador de Ano é um professor do quadro de AEA, nomeado pelo Diretor de entre os professores que integram o Grupo/Ano. Não havendo qualquer professor do quadro no Grupo, o Diretor nomeará outro professor do Grupo de Recrutamento do AEA para o cargo.
2. O mandato do coordenador de Grupo Disciplinar é de quatro anos, caso pertença ao quadro do AEA; caso contrário, o mandato será de um ano.
3. O mandato do coordenador de Ano é de um ano.
4. Ao coordenador de Grupo ou coordenador de Ano, além das funções previstas no artigo anterior, compete:
  - a) Apoiar o coordenador de Departamento no desenvolvimento das suas funções;
  - b) Assegurar a divulgação da informação entre o Grupo e o Departamento;
  - c) Proceder à monitorização periódica do cumprimento das planificações e do PAA;
  - d) Apresentar ao Diretor um relatório crítico, anual, do trabalho desenvolvido.

## **Subsecção II – Conselho de Turma, Diretor de Turma e Conselho dos Diretores de Turma**

### **Artigo 56.º – Composição**

1. De acordo com o artigo 23º do despacho 1-F/2016, o Conselho de Turma, para efeitos de avaliação dos alunos, é um órgão de natureza deliberativa, sendo constituído por todos os professores da turma e presidido pelo diretor da turma.
2. Nos Conselhos de Turma de avaliação, o representante dos alunos e um representante dos pais e encarregados de educação são convidados a participar no primeiro ponto da ordem de trabalhos, em que se facultam informações genéricas, de carácter não avaliativo, sobre a turma.
3. Nos Conselhos de Turma que não tenham por objeto a avaliação ou se integrem em procedimentos disciplinares, os quais seguem legislação específica, o representante dos alunos (no caso do 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário) e o representante dos pais e encarregados de educação são convidados a participar.
4. O representante dos pais e encarregados de educação da turma é eleito por estes na primeira reunião do ano letivo com o DT ou com quem o substituir.
5. Nos Conselhos de Turma devem estar presentes o professor de Educação Especial, o de Apoio Educativo e/ou psicólogo quando existirem alunos com necessidades educativas especiais, intervindo sem direito de voto.

### **Artigo 57.º – Competências do Conselho de Turma**

São competências do Conselho de Turma:

- a) Analisar a situação da turma e identificar características específicas dos alunos a ter em conta no processo de ensino e aprendizagem;
- b) Organizar o acompanhamento e a avaliação das atividades a desenvolver no nível da sala de aula;
- c) Identificar diferentes ritmos de aprendizagem e necessidades educativas especiais dos alunos, promovendo a articulação com os respetivos serviços especializados de apoio educativo, em ordem à sua superação;
- d) Assegurar o desenvolvimento do plano curricular aplicável aos alunos da turma, de forma integrada e numa perspetiva de articulação interdisciplinar;
- e) Adotar estratégias de diferenciação pedagógica que favoreçam as aprendizagens dos alunos;
- f) Conceber e delinear atividades em complemento do currículo proposto, tendo em conta os princípios, objetivos, metas e finalidades do PE;
- g) Elaborar e avaliar o plano anual de atividades da turma em articulação com o previsto no PE e no PAA;
- h) Avaliar os alunos, de acordo com os critérios aprovados em CP, tendo em conta os objetivos curriculares definidos a nível nacional e as especificidades locais;
- i) Emitir parecer acerca das atividades de recuperação das aprendizagens resultantes do excesso grave de faltas;
- j) Emitir pareceres sobre os Quadros de Valor, Mérito e Excelência do AEA;